vinetur

Autoridades australianas inspecionaram mais de 30 estabelecimentos de restauração no centro de Melbourne numa operação de fiscalização de três dias

A operação coordenada analisou salários, registos, impostos e obrigações relativas à superannuation num setor há muito sob escrutínio

sexta-feira, 13 de novembro de 2026



As autoridades federais australianas inspecionaram mais de 30 estabelecimentos de restauração no centro de Melbourne durante uma operação de três dias que incidiu sobre salários, registos, impostos e obrigações relativas às contribuições para a reforma.

A operação conjunta, anunciada na sexta-feira, 13 de novembro, envolveu o Fair Work Ombudsman e a Australian Taxation Office. As entidades disseram ter visitado cafés, restaurantes e estabelecimentos de comida para levar no centro da cidade, no âmbito de uma ação coordenada de fiscalização destinada a promover o cumprimento das regras num setor que emprega muitos trabalhadores ocasionais, a tempo parcial e jovens.

Segundo as entidades, a administração fiscal verificou se as empresas estavam a cumprir as obrigações fiscais e a efetuar as contribuições obrigatórias para a superannuation, o sistema australiano de contribuições para a reforma financiadas pelos empregadores. O Fair Work Ombudsman analisou se os trabalhadores estavam a ser pagos corretamente e se os empregadores cumpriam os requisitos de registo previstos na legislação laboral.

O comunicado não apresentou um balanço final de infrações, sanções ou salários recuperados na sequência das inspeções em Melbourne. As entidades limitaram-se a dizer que foram visitadas mais de 30 empresas durante a operação. Assim, a importância imediata da ação reside na dimensão do esforço de inspeção e nas áreas visadas, e não em quaisquer totais de medidas de fiscalização divulgados até ao momento.

As autoridades disseram que as empresas foram selecionadas com base numa combinação de fontes de informação, incluindo denúncias ou alertas, cruzamento de dados e ações regulatórias anteriores. Esta abordagem sugere que a operação não foi uma inspeção aleatória, mas sim uma análise direcionada, baseada em sinais de alerta identificados pelas duas entidades.

O setor da restauração tem sido há muito alvo de atenção dos reguladores laborais na Austrália, devido a preocupações recorrentes com pagamentos inferiores aos devidos, registos deficientes e incumprimento de obrigações laborais. As pequenas empresas de restauração e bebidas operam muitas vezes com margens reduzidas, elevada rotatividade de pessoal e uma grande proporção de trabalhadores pagos à hora, condições que podem aumentar o risco de erros na folha salarial ou de violações deliberadas das regras salariais. Ao juntar o regulador laboral e a administração fiscal federal, a operação analisou em simultâneo duas componentes importantes dos custos laborais: os pagamentos diretos aos trabalhadores e as contribuições obrigatórias para a reforma.

O Fair Work Ombudsman aproveitou o anúncio para destacar a atividade de fiscalização mais ampla que desenvolve a nível nacional no setor. No exercício financeiro de 2025-2026, a entidade afirmou ter recuperado mais de 5,6 milhões de dólares australianos para 3 538 trabalhadores de empresas de fast food, restaurantes e cafés em toda a Austrália. Este valor dá uma ideia da dimensão dos problemas salariais que o regulador tem procurado resolver a nível nacional, mas não reflete os resultados das inspeções em Melbourne, anunciadas mais tarde e ainda em análise.

A ausência de resultados imediatos é comum em operações deste tipo. Os inspetores precisam normalmente de tempo para analisar os registos salariais, comparar os registos de horas com as taxas de remuneração, verificar as categorias profissionais e determinar se as empresas cumpriram as obrigações fiscais e relativas à superannuation. Os pagamentos em falta ou incumprimentos detetados nessas análises podem dar origem a exigências de pagamento de retroativos, advertências formais, notificações de conformidade ou processos judiciais, consoante a gravidade do caso e a colaboração do empregador.

A participação da Australian Taxation Office na operação aponta também para um escrutínio crescente do cumprimento das obrigações relativas à superannuation em setores com grande intensidade de mão de obra. Na Austrália, os empregadores são obrigados a fazer contribuições para a superannuation dos trabalhadores elegíveis, e os pagamentos em falta podem reduzir as poupanças para a reforma dos trabalhadores, mesmo que os salários regulares pareçam estar corretos. Ao verificarem os impostos e a superannuation em conjunto com o cumprimento das regras salariais, as autoridades podem avaliar se uma empresa está a cumprir todas as suas obrigações enquanto empregadora, e não apenas uma parte delas.

Para as empresas do centro de Melbourne, a operação chama a atenção para uma parte da economia da cidade que depende fortemente da atividade de restauração junto de trabalhadores de escritório, residentes e visitantes. Cafés, restaurantes e estabelecimentos de comida para levar são uma presença marcante na vida comercial quotidiana do bairro, e as ações de fiscalização nessa zona podem ter efeitos para além das empresas diretamente inspecionadas, sobretudo se levarem outros empregadores a rever as suas próprias práticas salariais e os respetivos registos.

As duas entidades não identificaram as empresas visitadas no anúncio. Também não indicaram quantos trabalhadores poderão ter sido afetados nem se alguma denúncia específica motivou inspeções individuais. Deixaram claro, porém, que a operação se baseou na partilha de informação e em ações de fiscalização anteriores, o que evidencia uma abordagem regulatória mais coordenada nos setores em que se cruzam as obrigações salariais e fiscais.

O Fair Work Ombudsman e a administração fiscal têm recorrido cada vez mais à análise de dados para orientar a fiscalização, incluindo o cruzamento de informação sobre folhas salariais, declarações e empresas, à procura de indícios de incumprimento da lei por parte dos empregadores. Na prática, isso pode implicar a comparação de padrões salariais, níveis de pessoal e dados fiscais declarados para detetar discrepâncias que justifiquem uma visita ao local ou um pedido de registos.

É provável que os trabalhadores acompanhem de perto a operação, uma vez que os empregos na restauração estão muitas vezes entre as primeiras portas de entrada no mercado de trabalho. Os trabalhadores mais jovens, migrantes e ocasionais podem ter menos propensão para contestar um empregador por causa dos salários ou das contribuições para a reforma, seja por desconhecerem as regras, seja por recearem perder turnos. Para os reguladores, isso torna as inspeções e a verificação de registos uma parte importante da fiscalização no setor.

As entidades não indicaram um prazo para a divulgação dos resultados da operação em Melbourne. Eventuais atualizações poderão revelar se as visitas detetaram pagamentos salariais em falta, défices fiscais ou contribuições para a superannuation não efetuadas, e se os empregadores terão de reembolsar os trabalhadores ou enfrentar novas medidas regulatórias.